

## CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO

*WORKING CONDITIONS OF BASIC EDUCACION TEACHERS: PRECARIOUSNESS AND ILLNESS*

*CONDICIONES LABORALES DE LOS DOCENTES DE EDUCACIÓN BÁSICA: PRECARIEDADE Y ENFERMEDAD*

Silvia Alves dos Santos<sup>1</sup>

Isabela Aparecida Rodrigues Costa<sup>2</sup>

[Código DOI](#)

### Resumo

O artigo objetiva compreender os elementos que evidenciam aspectos de precarização nas condições de trabalho de professores da rede estadual de educação básica do Paraná. A justificativa se pauta na preocupação de que há indicativos de um crescente processo de adoecimento docente, intensificado especialmente após a entrada das plataformas digitais nas escolas, cuja pressão pelo acesso e manuseio, tensiona o docente e contribui para a perda da autonomia do seu trabalho. A metodologia se pautou em pesquisa bibliográfica e documental, a partir de referenciais que tratam do trabalho docente. No decorrer da pesquisa, contamos ainda com o uso de dados e depoimentos extraídos de pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores da rede pública estadual do Paraná (APP-Sindicato) em parceria com Instituto IPO (Instituto de Pesquisas de Opinião) em 2023. Diante do cenário educacional do Estado do Paraná, consideramos que há necessidade premente de investir em melhores condições de trabalho, para que o professor, motivado a desempenhar sua função social, possa contribuir para a construção de uma educação mais humanizada e com condições de trabalho mais saudáveis.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Precarização. Adoecimento. Educação Básica.

### Abstract

*The article aims to understand the elements that highlight aspects of precarious working conditions for teachers in the state basic education network of Paraná. The justification for this study is based on the concern that there are indications of a growing process of teacher illness, especially intensified after the introduction of digital platforms in schools, whose pressure for access and use puts pressure on teachers and contributes to the loss of autonomy in their work. The methodology for this study was based on bibliographic and documentary research, based on references that deal with teaching work. During the research, we also used data and testimonies extracted from a survey carried out by the Union of Teachers of the Paraná State Public School Network (APP-Sindicato) in partnership with the IPO Institute (Institute*

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil. Email: [sillalves@uel.br](mailto:sillalves@uel.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0647-750X>

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil. Email: [isabela.arcosta@gmail.com](mailto:isabela.arcosta@gmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3429-760X>

*of Opinion Research) in 2023. Given the educational scenario in the State of Paraná, we believe that there is an urgent need to invest in better working conditions, so that teachers, motivated to perform their social function, can contribute to the construction of a more humanized education and with healthier working conditions.*

**Keywords:** *Teaching work. Precariousness. Illness. Basic education.*

### **Resumen**

*El artículo tiene como objetivo comprender los elementos que evidencian la precariedad en las condiciones de trabajo de los docentes de la red estatal de educación básica de Paraná. La justificación se basa en la preocupación de que existen indicios de un creciente proceso de enfermedad docente, intensificado tras la introducción de las plataformas digitales en las escuelas, cuya presión por el acceso y uso presiona a los docentes y contribuye a la pérdida de autonomía en su trabajo. La metodología se basó en la investigación bibliográfica y documental, basada en referencias que abordan el trabajo docente. Durante la investigación, también utilizamos datos y declaraciones extraídas de una investigación realizada por el Sindicato de Profesores de la Red de Escuelas Públicas de Paraná en asociación con el Instituto de Investigación de Opinión en 2023. Dado el escenario educativo en el Estado de Paraná, consideramos que existe una necesidad urgente de invertir en mejores condiciones de trabajo, para que los docentes, motivados a ejercer su función social, puedan contribuir a la construcción de una educación más humanizada y con condiciones de trabajo más saludables.*

**Palabras clave:** *Trabajo docente. Precariedad. Enfermedad. Educación básica.*

### **Introdução**

O texto aqui apresentado é parte dos estudos e pesquisas empreendidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Educacionais e Formação Humana, realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL). As discussões se voltam para a compreensão das políticas educacionais que envolvem o trabalho docente e suas repercussões na educação básica.

O presente artigo tem como objetivo compreender os elementos que evidenciam aspectos de precarização nas condições de trabalho de professores da rede estadual de educação básica do Paraná. A justificativa para esse estudo se pauta na preocupação com indicativos de um crescente processo de adoecimento docente, intensificado especialmente após a entrada das plataformas digitais nas escolas, cuja pressão pelo acesso e manuseio tensiona o docente e contribui para a perda da autonomia do seu trabalho. Investigar essa temática impõe-nos alguns questionamentos, em razão de ser uma questão cujos reflexos são bastante complexos para serem atribuídos somente ao ambiente de trabalho.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético, que auxilia na compreensão da materialidade que envolve o trabalho docente e suas conexões políticas, econômicas, sociais e culturais (Masson, 2012). No decorrer da pesquisa, contamos também com o uso de dados e depoimentos extraídos de investigação realizada pelo Sindicato dos Professores da rede pública estadual do Paraná (APP-Sindicato), em parceria com o Instituto de Pesquisas de Opinião (IPO), em 2023. O público-alvo da pesquisa foi constituído por 300 professores sindicalizados da ativa, distribuídos em uma amostra representativa por núcleo regional da APP-Sindicato, em escolas estaduais das diferentes regiões do Paraná (App-Sindicato, 2023). Embora se trate de uma amostragem relativamente baixa, considerando o número total de docentes da rede pública estadual, os elementos levantados mostram-se relevantes para demonstrar que as condições de trabalho são insuficientes e têm trazido consequências para a saúde e para o desenvolvimento da função social do professor.

No contexto de uma sociedade marcada por grandes transformações no mundo do trabalho, torna-se imprescindível um estudo que contribua para uma reflexão acerca das condições de trabalho do professor da escola pública e das diversas repercussões que podem ser desencadeadas quando amplamente mediadas pelo uso das tecnologias digitais.

Acreditamos que, ao refletir sobre a precarização do trabalho docente no contexto da sociedade contemporânea, possamos trazer à tona um debate necessário ao campo da atuação de professores. Os depoimentos selecionados para este estudo mostram as limitações do trabalho docente, que dificultam a realização de uma prática de qualidade socialmente referenciada nas escolas públicas, em razão da falta de tempo para estudos, preparação de aulas, formação continuada e aprendizagem do uso das novas plataformas digitais, entre outros fatores. Essas limitações se somam a outros problemas que, historicamente, já acompanham a categoria docente: baixos salários, perda de direitos trabalhistas, estagnação na carreira, pressão por alto desempenho e, por fim, o adoecimento docente.

A organização deste artigo está dividida em três momentos. O primeiro discute o contexto de reformas educacionais implementadas após a Reforma do Estado, em 1995, no Brasil, que teve repercussões na gestão do trabalho docente nas escolas públicas. O segundo aborda as mudanças no mundo do trabalho que afetaram a organização da educação escolar e o trabalho docente. Por fim,

apresentamos as condições de trabalho do professor da rede estadual de educação básica do Paraná, por meio de fragmentos das entrevistas derivadas da pesquisa realizada pela APP-Sindicato. Tais entrevistas permitem constatar situações e elementos que evidenciam a precarização do trabalho, com fortes relações com o adoecimento de professores, decorrente do uso intensificado das plataformas digitais.

Os depoimentos foram importantes para perceber o quanto a profissão docente está a reboque das transformações no mundo do trabalho, visto que a intensificação do trabalho mediado por plataformas digitais tende a comprometer significativamente o tempo de vida e a produção desse indivíduo e, consequentemente, sua saúde e sua própria existência.

### **1. Conjuntura da educação no Brasil: breve introdução das reformas para o trabalho docente**

As mudanças na política educacional brasileira devem ser analisadas como parte das reformas neoliberais implementadas pelo Estado após 1990, que, junto a outros setores da política social, propuseram medidas direcionadas à reforma da educação, com sérias repercussões para a gestão da educação e do trabalho docente. Segundo Leher (1998), as reformas serviram de estratégia para uma nova regulamentação social, para o combate à pobreza e, por fim, como um meio econômico de gerenciar a educação.

Para explicitar melhor o entendimento sobre as reformas que ocorreram nesse período da década de 1990, Silva Jr. explica que

[...] as reformas educacionais na América Latina, particularmente no Brasil, são uma intervenção consentida realizada pelas autoridades educacionais nos modelos das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca de consenso social geral, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização da esfera política, em geral, e a esfera educacional em particular (Silva Jr., 2002, p. 76).

Para Deitos (2007, p. 47), a reforma da política educacional configura-se como um componente da reforma do Estado e “[...] cumpre uma função estratégica para realizar os motivos financeiros e institucionais e as razões econômicas e ideológicas, compósitos dos ajustes estruturais e setoriais

implementados". Desse modo, a política educacional deve ser compreendida a partir da sua relação com os aspectos sociais, políticos e econômicos de uma determinada conjuntura histórica.

As mudanças decorrentes de uma reorganização capitalista no início do século XXI incitaram a ampliação de políticas neoliberais, cujos aspectos centrais de atuação foram conduzidos sob os interesses de agências multilaterais de financiamento e operacionalizadas, em grande parte, pela influência do setor empresarial nos governos dos países periféricos.

As reformas educacionais no Brasil foram, por vários anos, patrocinadas por agências multilaterais. Entre elas, destacam-se o Banco Mundial (BM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja preocupação central foi assegurar a educação básica nos países mais pobres e populosos do mundo, como forma de superar as disparidades educacionais e reduzir as desigualdades (Oliveira, 2004).

Todavia, essas agências multilaterais exerceram influência decisiva na definição das mudanças educacionais implementadas ao longo dos anos 1990 e que tiveram continuidade nos anos 2000. Tais orientações nortearam documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) na definição de uma agenda educacional que, alinhada aos pressupostos neoliberais, objetivou adequar a educação às deliberações advindas do mercado (Maroneze; Lara, 2011).

As reformas educativas efetivadas no Brasil a partir de 1995 priorizaram a centralidade dos investimentos na educação básica, considerada fundamental para melhorar a economia e reduzir a pobreza, tendo como principal eixo a equidade social (Oliveira, 2004). É nesse contexto que o BM não prioriza a educação como intervenção pedagógica, mas a concebe como ato de intervenção política de contenção da pobreza.

A relação da educação com o mundo do trabalho, a partir de documentos orientadores do BM, pautou-se pela introdução da ideia de empregabilidade, utilizando a educação pela via da certificação como elemento imprescindível para a entrada ou permanência no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e flexibilizado. Barreto e Leher (2003, p. 39) mostram o real sentido aplicado à ênfase na flexibilidade:

Quanto maior a flexibilidade, maior a competitividade no mercado. Assim, é possível aprender que trabalhadores flexíveis, isto é, sem direitos trabalhistas, reduzem o "custo Brasil" e, portanto, aumentam a competitividade internacional das empresas. A mesma

lógica é aplicada a educação. Escolas mais flexíveis – as que deixam suas raízes vingar na esfera privada – são mais eficientes.

Entende-se que, no plano da gestão do trabalho, “[...] as discussões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho chegam até o campo da gestão escolar” (Oliveira, 2004, p. 1128). É notório que, nas estratégias de gestão e controle do trabalho, foi sendo exigida dos professores uma nova identidade, que pudesse corresponder às exigências de um contexto competitivo e flexível e, consequentemente, adaptar-se às demandas produtivas, as quais tendem a se efetivar por processos de precarização, pela desvalorização das lutas da categoria docente e, por fim, pela fragmentação da classe trabalhadora.

Diante disso, Oliveira destaca que os trabalhadores docentes vêm sendo forçados a ampliar suas atribuições, tendo que dominar novas práticas e saberes que, até então, não eram exigidos para o exercício de suas funções:

O trabalho docente não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere a dedicação dos professores ao planejamento, a elaboração de projetos, a discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, consequentemente, as análises a seu respeito tendem a se tornar complexas (Oliveira, 2003, p. 33).

Com o desenvolvimento das políticas educacionais, à luz das reformas neoliberais mais amplas, o trabalho do professor passou por alterações significativas para acompanhar a dinâmica de responder às demandas mais imediatas da sociedade, que repassava à escola a função de atuar também em frentes de combate à pobreza, além dos processos de ensino e aprendizagem. Com isso, o trabalho docente se altera com a responsabilização do professor para temas subjetivos, sociais ou culturais que têm impacto na aprendizagem dos estudantes.

De modo geral, as mudanças nas orientações e práticas escolares estavam fortemente relacionadas às transformações no mundo do trabalho, que atingiam o modo de vida e de produção da população. Isso significava que não havia emprego para todos e, portanto, a educação, por meio da certificação, seria o objeto diferenciador e excluente entre os sujeitos.

Mais especificamente, a partir dos anos 2000, com o avanço e a chegada das tecnologias informacionais às escolas e ao cotidiano das pessoas, os perfis de trabalhadores mais concorrentes,

competitivos e individualizados tornaram-se decisivos para práticas de inserção ou manutenção do emprego. Nas escolas, não foi diferente (Barreto; Leher, 2003). Iniciou-se, nesse período, um movimento de mudanças na forma como professores e gestores se relacionavam no cotidiano escolar. A exigência de determinados perfis foi incitada como meio de modernizar a escola. Esses perfis exigidos partiam da ideia de que o professor era o protagonista das mudanças estabelecidas pelas reformas educacionais aprovadas e em curso.

Esses perfis, em geral, estavam relacionados a práticas voluntaristas (como aquelas em que o sujeito, de modo proativo, se coloca para colaborar com a manutenção de serviços que deveriam ser executados ou garantidos pelo poder governamental). Pode-se dizer que essa condição se acentuou, especialmente, com a entrada de projetos sociais que retiravam tempo do ensino e priorizavam as relações interpessoais, sobrecarregando o trabalho docente com funções e atividades que contribuíam, ao fim, para a intensificação da sobrecarga laboral.

O crescente movimento de introdução das tecnologias informacionais na escola pública e, mais recentemente, a plataformação da educação, trouxe alterações na rotina de gestão do trabalho docente. As repercussões são variadas, mas, entre elas, destacam-se situações de esgotamento, cansaço físico e mental em parte significativa do corpo docente.

A pesquisa realizada pela APP-Sindicato evidenciou que 7 em cada 10 professores entrevistados se sentem obrigados a fazer uso das plataformas digitais em sua escola. Para 69,7% dos entrevistados, a inserção das plataformas teve impacto negativo nas condições de trabalho. Além disso, 74,3% dos professores sentem impacto físico e mental, e 78,3% comentam que têm colegas que adoecem física ou mentalmente em razão das condições de trabalho.

Considerando tal contexto, entendemos que o uso intensificado das tecnologias informacionais contribui para ampliar um conjunto de problemas de saúde relacionados às exigências emocionais e mentais do professor, sobretudo quando somadas a outros fatores externos ao seu trabalho, mas que com ele se relacionam.

À luz das orientações das políticas educacionais recentes, observamos que o papel do professor da educação básica tem se alterado constantemente para atender às demandas oriundas das disputas por projetos políticos em que a escola se insere. Com isso, abre-se espaço para a perda da função histórica da

escola e coloca-se o professor em situação de intensificação e precarização do trabalho, contribuindo para o adoecimento docente.

## **2. Precarização do trabalho docente na rede estadual de Educação Básica do Paraná: percepções e desafios**

Ao tratarmos do trabalho docente, faz-se necessária a compreensão do conceito de trabalho. Partimos da concepção que comprehende o trabalho como uma ação do homem na transformação da natureza para sua sobrevivência e para seu processo de humanização, portanto, uma ação educativa (Saviani, 2007).

Ao compreendermos o trabalho como um processo educativo, observamos seu caráter formativo, pois, por meio dele, o homem age sobre a natureza, transformando-a e produzindo sua existência, alcançando-se à condição de ser genérico. Esse trabalho torna-se, portanto, “[...] a objetivação da vida genérica do homem: quando se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (Marx, 2008, p. 85).

Na sociedade capitalista, o trabalhador deixa de produzir exclusivamente para atender a suas necessidades e passa a vender sua força de trabalho como mercadoria para garantir a subsistência. Antunes e Alves (2004, p. 343) salientam que “compreender [...] a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção”.

Nossa intenção, a partir desse referencial, é compreender o trabalho docente e as condições de sua realização na escola pública. Esse exercício requer a identificação de práticas aparentemente precarizadas. Significa dizer que é preciso compreender esse processo articulado à ampliação do poder do capital na organização do trabalho e no modo de vida das pessoas, alterando-o conforme os interesses de sua reprodução.

No Brasil, as transformações ocorridas no mundo do trabalho acresceram situações aviltantes, com o surgimento de novos regimes de trabalho e novas formas de contratação por meio de terceirizações, subcontratações, uberização e youtuberização, colocando muitos trabalhadores na informalidade, sem acesso a direitos trabalhistas historicamente conquistados.

Essas reformas repercutiram em todas as formas de trabalho. Atingiram todo o sistema de reprodução ideológica do capital, refletindo, inclusive, em mudanças na natureza do trabalho escolar, na desvalorização dos profissionais, na precarização do trabalho docente e, principalmente, no funcionamento das políticas públicas de valorização desse profissional (Oliveira, 2004).

Na educação básica brasileira, há muitos profissionais com contratos temporários, flexíveis e em caráter precário, típicos das novas regulações do trabalho, delineadas por um contexto mais amplo de reestruturação produtiva do capital.

Ainda que se verifiquem avanços na carreira do professor, os projetos e programas promulgados e implementados ainda estão muito distantes de contemplar uma política pública efetiva de valorização desse profissional nos estados e municípios. Infelizmente, ao longo dos últimos anos, deparamo-nos com um intenso movimento de certificação de competências por meio de cursos aligeirados (Oliveira, 2004).

Outra reforma com repercuções para o trabalho docente foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014). No PNE, cuja vigência se estendeu de 2014 a 2024, a *Meta 18* procurava dimensionar a necessidade de os estados e municípios garantirem condições de trabalho por meio da valorização do professor. Dourado destacou a necessidade de

A Meta 18, assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os/as profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos/as profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, é fundamental para o setor, a despeito de negligenciar os profissionais do setor privado (Dourado, 2016, p. 33).

Considerando que as políticas neoliberais ainda se mostram predominantes na educação, é possível perceber, por meio de planos de carreira de professores consultados aleatoriamente para este estudo, que a política salarial da categoria docente ainda está associada à questão da meritocracia, ao esforço individual em buscar qualificação por si só. Percebe-se, assim, que as políticas continuam subordinadas às disputas ideológicas e políticas de grupos dominantes que possuem poder de decisão na sociedade.

Compreendemos que as propostas de valorização docente emanadas a partir do PNE 2014-2024, nos estados e municípios, expressavam a lógica contraditória das relações formativas, visto que afirmavam a importância do papel do professor como principal agente das mudanças educacionais e, no entanto,

submetiam a rotina de trabalho ao cumprimento de tarefas, muitas vezes fragmentadas e desarticuladas. Partindo da análise da legislação educacional, verifica-se, portanto, a existência de fragmentos de uma política de valorização cuja efetividade ainda está longe de ser alcançada (Oliveira, 2004).

Pode-se afirmar que as mudanças introduzidas na legislação educacional e implementadas a partir dos anos 1990, relacionadas aos planos de cargo, salários e carreira, expressam os novos modelos de gestão e de organização do trabalho na escola (Oliveira, 2003), típicos do processo de reestruturação capitalista. Sob o discurso da valorização, introduziram-se formas mais complexas de organização e regulação do trabalho, apoiadas na flexibilização, na desregulamentação e na consequente perda de direitos sociais e trabalhistas, compatíveis com a política de ajuste neoliberal.

Ao evidenciar essas questões, Oliveira (2003) assinala que a desqualificação sofrida pelos professores e a precarização das condições de trabalho tendem a retirar deles a autonomia, aliada à desvalorização, que se manifesta pela pouca importância atribuída ao seu saber profissional, contribuindo, consequentemente, para uma sensação de mal-estar no âmbito da escola pública.

É nesse contexto que encontramos, nas escolas públicas, professores muitas vezes desmotivados, adoecidos emocionalmente, cansados e desvalorizados em sua área de conhecimento, em razão da falta de investimentos necessários e alinhados aos objetivos de uma formação mais humanizada. A ausência desse compromisso governamental e o distanciamento das relações sociais dentro das escolas — hoje mediadas por plataformas digitais — afetam sobremaneira as práticas do cotidiano escolar e, consequentemente, reverberam na saúde e no afastamento para tratamento médico.

### **3. Condições do trabalho docente na percepção de professores da Educação Básica paranaense a partir da introdução das plataformas digitais na escola pública**

Na sociedade capitalista, a organização do trabalho se faz mediante a compra e venda da força de trabalho (Alves, 2000). Nesse sentido, é possível compreender que o trabalho é uma mercadoria de que o capital se apropriou como forma de criar valores. Sob essas constatações, podemos inferir que a precarização do trabalho tem seu cerne na relação que o capital criou para submeter o trabalhador à condição de ser estranho a si mesmo e ao produto de seu trabalho (Marx, 2008).

Oliveira e Vieira (2012, p. 156) consideram que a noção de condições de trabalho, em geral, designa

[...] um conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de relação das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção. Contudo, as condições de trabalho não se restringem ao plano do posto ou local de trabalho ou a realização em si do processo de trabalho, ou seja, o processo que transforma insumos e matérias-primas em mercadorias, mas diz respeito também as relações de emprego.

Podemos considerar que as condições de trabalho estão interligadas também às relações de emprego ou formas de contratação, remuneração, carreira, estabilidade financeira etc.; nesse sentido, o emprego passa a ser uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Oliveira e Vieira (2012, p. 156) explicam que as relações de emprego variam de acordo com o contexto histórico-geográfico, “[...] podendo apresentar maior ou menor estabilidade dependendo da correlação de forças no âmbito das relações sociais mais amplas”.

Segundo Hypolito (2012), podemos observar que a precarização do trabalho docente está relacionada às questões e condições gerais do trabalho, envolvendo os aspectos físicos, os aspectos de ensino e de pessoal, o tempo de preparo para as atividades de ensino, a pressão emocional, a valorização ou o prestígio profissional, a dedicação exclusiva, o estímulo aos estudos, o piso salarial, as garantias de carreira e reajustes, o número de alunos por turma, o acompanhamento social de estudantes, dentre outros elementos.

Muitas vezes, as condições de trabalho estão organizadas em:

[...] divisão de tarefas e responsabilidades, a jornada de trabalho, os recursos materiais disponíveis para o desempenho das atividades, os tempos e espaços para a realização do trabalho, até as formas de avaliação de desempenho, horários de trabalho, procedimentos didáticos-pedagógicos, admissão e administração as carreiras docentes, condições de remuneração, entre outros (Oliveira; Vieira, 2012, p. 157).

Oliveira e Vieira (2012) definem que o profissional docente não pode ser compreendido apenas como um professor de uma turma ou disciplina, responsável unicamente por sua atividade no espaço da sala de aula e no tempo da aula dada, de aproximadamente 50 minutos. É por isso que

O docente é, na atualidade, um profissional complexo que responde por questões amplas que envolvem a unidade educacional e o processo educativo. Assim como as unidades educacionais se apresentam cada vez mais complexas e exigentes de outras funções e competências em seu interior (Oliveira; Vieira, 2012, p. 157).

Em razão das condições de precarização do trabalho, desempenhar o ato de ensinar perde centralidade em detrimento de outras carências, ocasionadas pela pobreza e pelas desigualdades sociais que afetam a escola pública. Atrelada a outros fatores, a perda da identidade docente passa a ser um dos elementos característicos da precarização do trabalho na rede básica de educação, especialmente em regiões com população de baixa renda. No caso dos países latino-americanos, os profissionais da educação são levados a desempenhar funções que estão além da tarefa educativa, do ato de ensinar (Oliveira, 2003, p. 32).

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de desempenhar papéis que estão para além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar as funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outros.

As implicações da precarização do trabalho docente na rede de educação básica, no Brasil, são extensas e, por sua vez, desencadeiam problemas de saúde tanto de ordem física quanto emocional. Entretanto, comparadas a outras categorias trabalhistas que, geralmente, ocasionam maiores problemas de saúde devido ao esforço físico, percebe-se que, nas escolas, as mudanças mais recentes no mundo do trabalho têm ampliado as doenças de ordem emocional nos professores (Gatti; Barreto, 2009).

No discurso governamental, a crise econômica é invocada para justificar a incapacidade de assegurar um nível adequado de remuneração docente, sem levar em conta os efeitos negativos que esse descompromisso governamental produz no financiamento do sistema educacional e no desempenho do professor (Brito, 2012, p. 190-191).

Muitas vezes, os professores trabalham além das 40 horas semanais de seu contrato no serviço público, podendo atuar em instituições privadas por mais 20 horas, totalizando 60 horas semanais. Caldas (2007, p. 82) destaca que, por conta das condições salariais, “[...] os professores vão se obrigando a aumentar o número de aulas dadas, triplicando a jornada de trabalho, atuando em diversas escolas”.

De modo geral, no Brasil, a questão salarial e o plano de carreira dos estados e municípios ainda se mostram um gargalo para as políticas de valorização docente. Muitas são as justificativas para que estados e municípios ainda não atendam amplamente a um plano de carreira que cumpra minimamente a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) (Lei n. 11.738/2008) (Brasil, 2012).

Gatti e Barreto reforçam:

No que diz respeito à carreira docente na educação básica, embora atualmente seja comum, em certos meios, o discurso que aumento de salário não garante maior qualidade, é preciso lembrar que carreiras pouco atraentes do ponto de vista salarial acabam por não ser objeto de procura entre as novas gerações, e especialmente não se mostram atraentes para aqueles que se consideram em melhores condições de domínio de conhecimentos, ou com melhores chances em outras atividades. Claro, isto, grosso modo. Os dados que, mais ou menos, sustentam o discurso de que aumentar salário de professor não redunda em melhoria do ensino são dados passivos (também a considerar a margem de erro nos modelos estatísticos empregados), porque relativos a quem já está no sistema, não se levando em conta o movimento de procura inicial da carreira e as características dessa procura, bem como a permanência na atividade (Gatti; Barreto, 2009, p. 239).

Diante dessas situações, observamos que os professores das escolas públicas — em especial os deste estudo —, sendo trabalhadores de uma instituição pública regida pela lógica do capital, na qual as atividades administrativas, em repartições públicas, podem ser guiadas conforme a lógica de empresas privadas, acabam por se enquadrar na configuração de trabalhadores do final do século XX: multifuncionais, polivalentes, eficazes e eficientes, perdendo, muitas vezes, o domínio e o sentido de seu próprio trabalho. O salário, por vezes aviltante, contribui para que o professor, cada vez mais, busque atividades complementares de renda, ou até outros empregos, para conseguir sobreviver com um pouco mais de qualidade (Oliveira, 2003).

Outro aspecto referente às condições de trabalho diz respeito ao conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho docente, especialmente com o uso das tecnologias de informação: instalações físicas, internet, materiais e meios de realização das atividades escolares, que, por vezes, mostram-se sucateados, porque foram adquiridos produtos e serviços que nem sempre apresentam boa qualidade.

Infelizmente, como atesta Robalino (2012), trabalhar em condições inadequadas, contar com recursos didáticos precários, padecer de doenças decorrentes do exercício do trabalho etc., “[...] fazia parte do que estava (ou ainda está) disposto a aceitar aquele ou aquela que decidia optar pela docência” (Robalino, 2012, p. 373). Na mesma direção de preocupação, Codo já alertava, há anos, que “[...] as condições enfrentadas pelos professores não são as melhores, muito pelo contrário. Os professores sofrem com baixos salários, condições inadequadas de infraestrutura e equipamentos, falta de conforto e condições adequadas de trabalho” (Codo, 2006, p. 126).

Diante dessas condições, os professores, pelo conjunto de fatores extrínsecos, sofrem também por conta da tensão físico-mental no exercício de seu trabalho, cujas dificuldades aumentaram em razão da atividade fragmentada, do aumento das responsabilidades que lhes são imputadas, bem como da sobrecarga de trabalho mediada pelo uso das tecnologias informacionais que ultrapassam o ambiente escolar. O mal-estar passou a estar presente diariamente no cotidiano desses profissionais. “Afonia, varizes, dores lombares, fadiga, foram e são assumidas como as inevitáveis ‘marcas’ da profissão, contra as quais nada se pode fazer” (Robalino, 2012, p. 373).

As condições ambientais, a rotina de vida e o trabalho podem apresentar fatores estressantes e de risco que interferem na qualidade da saúde vocal. A voz docente é “[...] evocada como um recurso fisiológico necessário para o desempenho do trabalho docente, passível de processos de adoecimento” (Gonçalves, 2012, p. 399). O mesmo autor afirma que essa categoria sofre alto risco de distúrbios vocais. Destarte, o adoecimento do profissional da educação básica ocorre durante todo o ano letivo, mas tende a aumentar na proximidade do final do ano, no fechamento das atividades.

Os professores entrevistados, na pesquisa realizada pela APP-Sindicato, quando perguntados sobre as condições de trabalho e a introdução da plataforma da educação em suas rotinas, relatam que trabalham com muito mais frequência, dedicando muitas horas ao uso de telas, até mesmo fora do espaço escolar.

Isso afeta tanto a saúde mental como física, porque é só estresse. Esses tempos eu mandei as coisas do Quizizz lá e estava que eu não tinha mandado, então isso gera um estresse mental e, como eu tive que ficar até tarde para resolver isso, e depois tive que acordar cedo para preparar outra aula, acabei dormindo pouco. Então, isso afeta o físico da gente também (Professora de 45 a 54 anos, do Núcleo 34 Metro Norte).

É possível afirmar que tal condição evidencia sobrecarga de trabalho que, por sua vez, pode invadir o tempo de vida privada e o direito ao descanso remunerado, gerando, entre os docentes, dificuldades para conciliar trabalho e vida pessoal.

Desde quando entraram essas plataformas eu e meus colegas temos um estresse sim, até por questões da internet não funcionar, o sistema que dá problema e alunos que não conseguem acessar. Enfim, tudo isso consequentemente gera um estresse e um desânimo em nós professores (Professora de 25 a 34 anos, do Núcleo 34 Metro Norte)

Sim, porque tem muita cobrança, esses dias eu esqueci de postar, já fiquei preocupada. Quando é obrigado a gente fica naquela tensão, com medo de esquecer de postar ou com medo de não conseguir fazer tudo (Professora de 45 a 54 anos do Núcleo 19 Umuarama)

É notório que, por conta das condições de trabalho, os professores estão somatizando problemas psicológicos e físicos que vão desde tensão, ansiedade e angústia até síndromes, além de problemas cardiológicos ou neurais.

Afeta muito na saúde mental. Eu já fiquei até com depressão, de não querer ir para escola mais, para não sofrer com todas essas cobranças e todas essas imposições (Professora de 55 a 64 anos do Núcleo 9 Londrina).

Sim, eu vejo que os professores estão mais estressados e irritados, têm professores mais isolados, entrando em fase de depressão pelo excesso de trabalho (Professor de 55 a 64 anos, do Núcleo 10 Mandaguari).

O que eu vejo são os professores muito desanimados e ansiosos, por ter tantas cobranças e pelos alunos não darem respaldo (Professora de 55 a 64 anos, do Núcleo 9 Londrina).

Vejo vários professores com um desgaste físico e com ansiedade e depressão, por causa dessas metas que eles impõem na gente (Professora de 45 a 54 anos, do Núcleo 34 Metro Norte).

Com as mudanças introduzidas pela plataformação e pelo uso intenso das tecnologias informacionais e das redes sociais (tablets, celulares, computador, Instagram, Facebook, WhatsApp), as responsabilidades do professor foram extensificadas e intensificadas, devendo cumpri-las em tempo cada vez mais reduzido ou flexibilizado.

Rever as atribuições da profissão docente, mediadas pelas tecnologias, tem sido um dos desafios colocados aos sindicatos, que frequentemente denunciam formas de precarização e condições de trabalho incompatíveis com uma perspectiva formadora e formativa no interior das escolas, tanto para os

professores quanto para os alunos. A sobrecarga, a ampliação da jornada, os baixos salários, um plano de carreira que dificulta a ascensão, os problemas de saúde e a falta de valorização social da profissão são fatores que dificultam a criação de motivação e envolvimento com a profissão e com a forma de desenvolver o trabalho nas escolas.

Entendemos que investir em melhores condições de trabalho na escola — de modo a colaborar para que esse espaço seja educativo por excelência e para que os professores encontrem motivação para a realização de sua função social — passa pela elaboração de políticas mais assertivas e alinhadas às lutas do movimento sindical. É nesse contexto que os professores se identificam e de onde emergem inspirações. É de sua realidade concreta que podemos visualizar formas e meios de transformação, porque são produzidas por eles mesmos. Não bastam normativas externas: os professores precisam participar da elaboração da política pública, sentindo-se protagonistas da organização do meio em que atuam e que forma as novas gerações.

### **Considerações Finais**

É possível afirmar que as transformações ocorridas na sociedade capitalista, no final do século XX, desencadearam novos padrões de reprodução do capital. Esse movimento, seguido por um intenso processo de reestruturação produtiva, fez o capital se organizar mundialmente na esfera financeira. Diante dessa ordem social, obteve-se como resultado a modernização do mercado e as inovações tecnológicas, que levaram a novas formas de trabalho e de produção, caracterizadas por processos de precarização e flexibilização (Oliveira, 2004).

No Brasil, a partir de 1995, a Reforma do Estado e as reformas educativas subsequentes contribuíram para estruturar o serviço público a partir dos parâmetros da iniciativa privada. O trabalho docente passou a ser marcado pela instabilidade, pela flexibilização, pela precarização e por baixos salários. Observamos, por meio dos estudos e depoimentos, que a precarização e a intensificação do trabalho docente, mediadas em grande parte pelas tecnologias informacionais e pela plataformização da educação no interior das escolas, levaram ao consequente adoecimento do professor, que, de modo geral, está relacionado às mudanças mais amplas do modo de produção capitalista.

Constatamos, ainda, por meio dos depoimentos de professores, que, mesmo sendo as tecnologias e a plataformização parte do desenvolvimento da humanidade, a forma como seu uso vem sendo exigido tem desencadeado, nessa categoria de trabalhadores, reações adversas que revelam uma problemática maior: a tentativa de adaptação a qualquer custo, mesmo que isso lhes custe a saúde físico-mental.

Neste estudo, observamos também a necessidade de formação continuada para os professores, que os subsidie para o uso consciente e eficaz das tecnologias digitais na escola, de modo que essa inclusão possa oferecer melhores condições de trabalho, em vez de sobrecarga e estresse decorrentes do uso das ferramentas.

Apesar da vigência de um discurso que responsabiliza individualmente cada professor por sua condição de sucesso ou insucesso profissional, a precarização do trabalho é uma manifestação da crise estrutural do capital. Para irmos além dessa lógica, entendemos que é necessário investir em melhores condições de trabalho, em uma política de valorização do professor, por meio de carreira e salários dignos, de modo que, motivado a desempenhar sua função social, ele possa contribuir para a construção de uma escola em que as condições de trabalho sejam mais inclusivas e humanizadas.

## Referências

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- APP-SINDICATO. **Pesquisa "Plataformização da Educação":** Percepção dos professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte I. Instituto Pesquisas de Opinião. Porto Alegre: APP-Sindicato, 2023.
- BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-37.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Lei n° 13.005 de 2014. Plano Nacional de Educação (2014-2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.738/2008. **Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://planodecarreira.mec.gov.br/piso-salarial-profissional-nacional-pspn>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRITO, V. L. F. A. A remuneração dos profissionais da educação e os desafios atuais. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **O trabalho docente na educação básica no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

CALDAS, A. do R. **Desistência e resistência no trabalho docente**: um estudo das professoras e professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CODO, W. **Educação**: carinho e trabalho. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEITOS, R. A. Os Organismos Internacionais e a Política Educacional Brasileira. In: Xavier, Maria Elizabeth S. P. (org.). **Questões de Educação Escolar**. Campinas: Alínea, 2007.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação**: Política de Estado para a educação brasileira. Brasília-DF: Inep; MEC, 2016. Disponível:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+-+Pol%C3%ADtica+de+Estado+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GONÇALVES, G. B. B. A saúde vocal do docente brasileiro: fatores de risco para distúrbios de voz relacionados ao trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Condições de trabalho docente**: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. Fino Traço. Belo Horizonte, MG, 2012. p. 399-427.

HYPOLITO, Á. M. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na educação básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 211-229.

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARONEZE, L. F.; LARA, A. M. de B. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 58-70, dez. 2011.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79-90.

MASSON, Gisele. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais**. Caxias do Sul: ANPAE - Seminário de Pesquisa da região Sul, 2012.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25; n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-37.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na educação básica: a condição docente** em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 153-190.

ROBALINO, M. A saúde e o trabalho docente: um desafio para as políticas da educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. **Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 371-397.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA JR., J. dos R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC.** São Paulo: Xamã, 2002.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

**Como citar este artigo:**

SANTOS, Silvia Alves dos; COSTA, Isabela Aparecida Rodrigues. Condições de trabalho do professor da Educação Básica: precarização e adoecimento. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 22, 2025. Disponível em:

<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11480>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

**Financiamento:** O estudo não recebeu financiamento.

**Contribuições individuais:** Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Silvia Alves dos Santos e Isabela Aparecida Rodrigues Costa. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Silvia Alves dos Santos e Isabela Aparecida Rodrigues Costa.

**Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial:** Os autores declaram que não utilizaram qualquer ferramenta, modelo ou serviço de Inteligência Artificial durante a preparação deste trabalho. Todo o conteúdo foi integralmente elaborado, revisado e editado pelos próprios autores, que assumem total responsabilidade pelo conteúdo final da publicação.

**Revisor:** Marcelo Silveira (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT). Doutor em Letras – Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, da Especialização Lato Sensu em Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina.

**Sobre as autoras:**

SILVIA ALVES DOS SANTOS é doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente no Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Londrina – Paraná.

ISABELA APARECIDA RODRIGUES COSTA, é mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Professora na rede municipal de educação de Londrina – Paraná.

Recebido em 10 de julho de 2024  
Versão corrigida recebida em 29 de abril de 2025  
Aprovado em 08 de outubro de 2025